




A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: A INCLUSÃO ESCOLAR EM ANÁLISE

 <https://doi.org/10.56238/levv16n44-019>

Data de submissão: 13/12/2024

Data de publicação: 13/01/2025

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC).

Docente, pesquisador e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade

Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil.

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Danielle Martins Leffer

Mestra do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP.

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil.

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre a Sociologia da Educação e a inclusão escolar, investigando como as desigualdades sociais influenciam as práticas educacionais e a efetivação da inclusão nas escolas. O objetivo principal é analisar a inclusão escolar a partir da perspectiva sociológica, considerando os impactos das estruturas sociais, como a estratificação social, as desigualdades econômicas, culturais e de gênero, sobre a educação. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica de estudos relevantes sobre o tema, incluindo análises de legislações pertinentes, teorias sociológicas da educação e práticas pedagógicas inclusivas. A discussão revela que, embora a escola tenha o potencial de transformar desigualdades, ela muitas vezes reforça essas disparidades devido à resistência institucional, preconceito, e à falta de formação adequada dos educadores. Além disso, a estrutura curricular e as práticas pedagógicas, muitas vezes, não são adaptadas para atender à diversidade dos estudantes, perpetuando a exclusão. Como principais contribuições, o artigo destaca a importância da análise sociológica para compreender as dinâmicas de inclusão e sugere a implementação de políticas públicas que considerem a diversidade, além de práticas pedagógicas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva. Nas considerações finais, reforça-se a necessidade de um olhar crítico sobre as práticas educacionais para uma denominada “nova Sociologia da Educação” e propõe novas pesquisas sobre as interações entre as desigualdades sociais e as políticas de inclusão escolar, com ênfase na formação docente e na construção de um ambiente escolar equitativo.

Palavras-chave: Sociologia da Educação. Inclusão Escolar. Prática Escolar. Educação - Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Sociologia da Educação, enquanto campo de estudo, busca compreender as interações entre a sociedade e o sistema educacional, abordando as dinâmicas sociais que influenciam os processos educativos e seus resultados. Nesse contexto, a questão da inclusão escolar surge como um tema central, uma vez que representa o desafio de garantir que a educação seja acessível, equitativa e significativa para todos, independentemente de diferenças sociais, culturais ou físicas. A relação entre esses dois campos permite uma análise aprofundada dos fatores que promovem ou dificultam a inclusão, bem como das consequências dessas dinâmicas para o desenvolvimento individual e social.

A escolha desse tema se justifica pela sua relevância no cenário educacional contemporâneo, marcado por demandas crescentes de inclusão e diversidade nas escolas. Em um país como o Brasil, caracterizado por desigualdades estruturais e culturais, a análise da inclusão escolar sob a perspectiva sociológica revela-se fundamental para compreender como os mecanismos sociais impactam as oportunidades educacionais e para propor soluções que promovam uma educação mais justa e inclusiva. Além disso, a inclusão escolar é um tema transversal, que dialoga com outras áreas como direitos humanos, políticas públicas e justiça social.

Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma metodologia de revisão bibliográfica, com a análise de estudos acadêmicos e documentos relevantes que abordam a temática. Essa abordagem permite uma compreensão ampla e fundamentada das questões que envolvem a inclusão escolar, contribuindo para a construção de um debate crítico e embasado sobre o tema.

O objetivo deste artigo é analisar a inclusão escolar a partir da ótica da Sociologia da Educação, identificando os desafios, as práticas e as barreiras existentes nesse processo. Pretende-se investigar como os fatores sociais, culturais e econômicos interagem com o sistema educacional, afetando a efetividade das práticas inclusivas e influenciando a experiência escolar de estudantes de diferentes contextos.

2 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A Sociologia da Educação emergiu como um campo específico no final do século XIX e início do século XX, alinhada ao desenvolvimento da própria Sociologia (Charlot, 2000). Essa disciplina busca compreender as relações entre educação e sociedade, analisando como a escola reflete e reproduz as estruturas sociais, ao mesmo tempo que contribui para a transformação social. Segundo Durkheim (2006), considerado o pai da Sociologia da Educação, a educação desempenha o papel de socializar os indivíduos, transmitindo valores e normas que garantem a coesão social.

De acordo com Gatti (2003) a evolução desse campo foi marcada por diferentes abordagens teóricas, como a teoria funcionalista, a perspectiva do conflito e as análises críticas sobre a reprodução

social. Ao longo do tempo, a Sociologia da Educação expandiu suas fronteiras, incorporando temáticas relacionadas à diversidade cultural, desigualdades sociais e processos de inclusão.

A Sociologia da Educação pode ser definida como o ramo da Sociologia que estuda as relações entre os sistemas educativos e a estrutura social, analisando como a educação influencia e é influenciada por fenômenos sociais, culturais e econômicos (Charlot, 2000). Ela se preocupa em investigar tanto as práticas escolares quanto os processos de ensino-aprendizagem no contexto das dinâmicas sociais.

Émile Durkheim destacou a educação como um instrumento de socialização que molda indivíduos para desempenharem seus papéis na sociedade. Ele afirmava que a educação é o meio pelo qual a sociedade prepara seus membros para a vida coletiva (Durkheim, 2006, p. 27). Pierre Bourdieu, por sua vez, trouxe uma perspectiva crítica ao discutir a reprodução social pela educação. Por meio dos conceitos de habitus, campo e capital cultural, Bourdieu (1992) demonstrou como a escola pode perpetuar desigualdades ao valorizar os hábitos e conhecimentos das classes dominantes. Basil Bernstein, outro autor significativo, focou na relação entre linguagem e educação. Seu conceito de códigos linguísticos (elaborado e restrito) aponta para as disparidades na comunicação e no desempenho escolar, frequentemente relacionadas ao contexto socioeconômico dos estudantes (Bernstein, 1975).

No Brasil, a Sociologia da Educação ganhou destaque com autores como Florestan Fernandes e Dermeval Saviani. Fernandes (1975) analisou o papel da educação na modernização social, enfatizando a necessidade de uma educação democrática para superar as desigualdades estruturais. Saviani (2008), por sua vez, desenvolveu a Teoria Crítica da Educação, que discute como a escola pode ser um espaço de emancipação social e de resistência às estruturas opressoras. A contribuição da Sociologia da Educação no Brasil também se manifesta na discussão sobre educação inclusiva, com estudos que abordam os desafios para garantir acesso equitativo e qualidade para populações historicamente marginalizadas (Gatti, 2003).

3 INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEITOS E DESAFIOS

A inclusão escolar é definida como o processo de assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso à educação em ambientes que promovam a equidade e a participação plena (Booth; Ainscow, 2011). Segundo Mittler (2003), a inclusão não se refere apenas ao acesso físico ao espaço escolar, mas também à garantia de que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas em uma comunidade escolar acolhedora, de modo que a construção de um sistema educacional valorize a diversidade e busque superar barreiras de natureza física, social e pedagógica.

Os princípios da inclusão escolar são norteados pela equidade, respeito à diversidade, participação ativa e a oferta de oportunidades de aprendizagem para todos. Booth e Ainscow (2011) destacam que instituições inclusivas são aquelas que identificam e removem barreiras à participação e à aprendizagem, criando um ambiente que celebra a diversidade como um recurso. Assim, a inclusão vai além da integração de estudantes com deficiência, abrangendo também questões de gênero, etnia, condição socioeconômica e outras situações de vulnerabilidade.

No Brasil, os marcos legais e as políticas públicas têm desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, reforçando a obrigatoriedade de garantir o acesso universal ao ensino (Brasil, 1988). Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) inclui a educação especial como modalidade a ser oferecida em todos os níveis e etapas da educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Brasil também é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, que reafirma o compromisso com a inclusão escolar como parte integrante do direito à educação. Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça o papel das escolas na eliminação de barreiras e na garantia de condições adequadas para a aprendizagem de todos os estudantes.

Entretanto, apesar dos avanços legais, Mittler (2003) pontua que desafios ainda persistem na implementação da inclusão escolar. Entre os principais entraves estão a falta de formação adequada para professores, a insuficiência de recursos pedagógicos e financeiros, além de barreiras atitudinais que perpetuam práticas discriminatórias. Como afirma Mantoan (2003), a verdadeira inclusão exige uma mudança cultural profunda, que passe pela revisão das crenças e práticas que sustentam o sistema educacional tradicional.

4 A RELAÇÃO ENTRE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

A Sociologia da Educação desempenha um papel na compreensão das dinâmicas que permeiam as práticas inclusivas no contexto escolar, conforme argumenta Mittler (2003). Por meio de suas ferramentas teóricas e metodológicas, permite analisar como as relações sociais, culturais e econômicas influenciam a construção de um sistema educacional mais inclusivo (Mittler, 2003). A inclusão escolar, enquanto processo que visa garantir a participação equitativa de todos os estudantes, é condicionada por fatores estruturais que a Sociologia da Educação busca desvendar, destacando os desafios e propondo caminhos para sua efetivação.

A Sociologia da Educação possibilita a análise crítica das práticas pedagógicas e institucionais que promovem ou dificultam a inclusão escolar. Segundo Bourdieu (1998), o sistema educacional é

um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, uma vez que perpetua estruturas de poder e privilégio através do capital cultural. Essa perspectiva auxilia na identificação de barreiras implícitas nas práticas educacionais, como currículos pouco diversificados e a falta de representação de diferentes grupos sociais.

Ademais, à luz do pensamento de Durkheim (1995), a educação cumpre uma função integradora ao socializar os indivíduos nos valores e normas da sociedade. No entanto, para que essa integração seja inclusiva, é necessário superar as desigualdades estruturais que excluem certos grupos da experiência educacional plena. Assim, a Sociologia da Educação contribui ao sugerir que a inclusão escolar não se limita à presença física dos estudantes, mas também à criação de um ambiente pedagógico que valorize e respeite a diversidade.

As desigualdades sociais e culturais constituem desafios significativos para a inclusão escolar. Bourdieu e Passeron (2014) argumentam que o habitus dos indivíduos é moldado por sua posição social, o que influencia seu desempenho e experiência educacional. Nesse sentido, estudantes oriundos de classes sociais menos favorecidas enfrentam dificuldades adicionais para acessar e se beneficiar plenamente do sistema educacional, uma vez que este é frequentemente estruturado para atender aos interesses e valores das elites.

Outro aspecto relevante é o impacto das desigualdades culturais na inclusão escolar. Como destaca Freire (1996), a educação precisa ser um ato de libertação que respeite as culturas dos oprimidos e promova a conscientização. Para isso, é essencial que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade cultural e desafiem as hierarquias existentes. Os pensamentos de Durkheim e Bourdieu, entre outros pensadores da Sociologia da Educação, fornecem bases teóricas robustas para a compreensão das questões que envolvem a inclusão escolar. Durkheim (1995), com seu foco na função social da educação, destaca a necessidade de criar uma coesão social que inclua todos os indivíduos. Já Bourdieu (1998) chama atenção para a reprodução das desigualdades através do capital cultural, apontando a necessidade de transformar as estruturas institucionais para promover a equidade.

Freire (1996), em contraponto, propõe uma abordagem crítica que valorize os saberes populares e promova a emancipação dos indivíduos por meio da educação. Essa perspectiva dialoga diretamente com a inclusão escolar ao propor um modelo educativo que não apenas acolha a diversidade, mas também a celebre como uma força transformadora.

5 INCLUSÃO ESCOLAR E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: COMO DIALOGAR EM UMA NOVA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO?

A inclusão escolar é um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, especialmente em contextos marcados por elevada estratificação social. A estrutura social influencia

diretamente a efetivação da inclusão escolar, uma vez que desigualdades econômicas, culturais e de gênero determinam o acesso e a permanência de estudantes no sistema educacional. De acordo com Bourdieu e Passeron (2014), o capital cultural é um dos principais elementos que reproduzem as desigualdades sociais nas escolas, dificultando o acesso de grupos marginalizados a oportunidades educacionais de qualidade.

No âmbito econômico, a pobreza e a falta de recursos financeiros dificultam o acesso à educação inclusiva, uma vez que escolas públicas frequentemente carecem de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados. Além disso, as desigualdades culturais e de gênero contribuem para a exclusão de determinados grupos, como meninas em situações de vulnerabilidade ou estudantes de comunidades tradicionais que enfrentam discriminação por suas próprias expressões culturais. Como afirma Dubet (2003), a escola muitas vezes reflete e perpetua essas desigualdades ao não questionar os pressupostos que sustentam tais estruturas.

A estrutura social, marcada por desigualdades históricas e sistêmicas, influencia diretamente a efetivação da inclusão escolar. Alguns estudos mostram que as desigualdades econômicas limitam o acesso à educação de qualidade, especialmente em contextos de pobreza extrema (Bourdieu, 2007). Essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando analisamos a relação entre cultura e escola. A hegemonia de um currículo que reflete predominantemente valores de classes dominantes contribui para a exclusão simbólica de estudantes pertencentes a grupos culturais diversos.

Além disso, as desigualdades de gênero também desempenham um papel significativo na inclusão escolar. Em muitas regiões, meninas enfrentam maiores dificuldades de acesso e permanência na escola devido às expectativas sociais que reforçam papéis tradicionais de gênero (UNESCO, 2020). Assim, pensar em uma inclusão escolar eficaz requer reconhecer como essas dinâmicas estruturais se manifestam no ambiente educacional.

A escola ocupa uma posição ambígua no que diz respeito às desigualdades sociais. Por um lado, ela é frequentemente vista como um mecanismo de reprodução dessas desigualdades, perpetuando padrões sociais estabelecidos. Bourdieu (2007) argumenta que o capital cultural é um dos principais fatores de manutenção dessas desigualdades, uma vez que a escola tende a valorizar o *habitus* das classes dominantes.

Por outro lado, a escola também possui o potencial de atuar como uma instituição transformadora, capaz de promover a inclusão social e educacional. Para isso, é necessário revisar práticas pedagógicas e curriculares que marginalizem determinados grupos. A adoção de uma educação crítica, como defendido por Paulo Freire (1987), pode transformar a escola em um espaço de emancipação, no qual o conhecimento é construído coletivamente e as diferenças culturais são valorizadas.

A escola ocupa um papel central na construção de uma sociedade mais inclusiva, sendo ao mesmo tempo uma instituição reprodutora e potencialmente transformadora das desigualdades sociais. Segundo Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade, capaz de questionar a realidade e promover a transformação social. Nesse sentido, práticas pedagógicas e curriculares que valorizem a diversidade e promovam a equidade podem ajudar a transformar a escola em um espaço mais inclusivo. Arroyo (2011) observa que as práticas pedagógicas inclusivas incluem, por exemplo, adaptações curriculares que considerem as necessidades específicas de cada estudante e promovam a participação ativa de todos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a valorização da diversidade cultural no currículo pode contribuir para a formação de uma escola mais equitativa e plural.

Entretanto, na prática, a escola muitas vezes reproduz as desigualdades sociais ao adotar currículos homogêneos e descontextualizados que ignoram as especificidades culturais e sociais dos estudantes. O conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu (1989), ajuda a compreender como as expectativas culturais e comportamentais da escola favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Para superar essas limitações, é necessário implementar práticas pedagógicas que dialoguem com as realidades locais e promovam a participação ativa de todos os estudantes.

Gatti (2003) e Mantoan (2003) argumentam que entre as principais barreiras à inclusão escolar estão o preconceito, a resistência institucional, a falta de formação docente e os recursos inadequados. O preconceito, em suas diversas formas, gera exclusão e marginalização de estudantes que não se enquadram nos padrões culturais ou sociais predominantes. De acordo com Lima e Carvalho (2016), a resistência institucional é outro fator que limita a inclusão, uma vez que muitas escolas ainda possuem estruturas conservadoras que dificultam a implementação de políticas inclusivas.

A falta de formação adequada dos professores também representa um desafio significativo, pois muitos educadores não estão preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Segundo Veiga-Neto (2007), é essencial que a formação docente inclua o desenvolvimento de competências para a educação inclusiva, como a gestão da diversidade e a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas. Além disso, a carência de recursos materiais e humanos impede que as escolas implementem medidas efetivas para garantir a inclusão.

Apesar dos avanços legais e políticos, a inclusão escolar ainda enfrenta vários desafios práticos. Preconceitos, tanto institucionais quanto individuais, continuam sendo uma barreira significativa para a construção de ambientes educacionais inclusivos. Estudos apontam que a resistência à inclusão muitas vezes está ligada à falta de compreensão sobre a diversidade e seus benefícios para o processo educativo (Silva, 2018).

Não obstante, para superar os desafios da inclusão escolar, é necessária a construção de uma nova Sociologia da Educação que priorize a equidade e a justiça social em suas análises e propostas. Essa nova abordagem deve considerar as dinâmicas sociais e culturais que impactam a educação,

promovendo práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e garantam a participação de todos os estudantes.

Freire (1996) oferece uma contribuição fundamental para essa perspectiva ao enfatizar a importância de uma educação crítica e dialógica. Para ele, a educação deve ser um processo de conscientização, no qual os estudantes são encorajados a questionar a realidade e a agir para transformá-la. Nesse contexto, é essencial que as práticas educacionais sejam planejadas e implementadas de forma a promover a inclusão e a equidade, rompendo com as lógicas de exclusão e discriminação que ainda predominam em muitas escolas. Freire (1987) então propõe uma educação dialógica, que valorize as experiências de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Para Freire, a educação deve ser um ato político, comprometido com a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa.

Como observa Giroux (1983), é necessário criar espaços educacionais que valorizem a diversidade cultural e estimulem o desenvolvimento do pensamento crítico. Uma nova Sociologia da Educação deve, portanto, articular teorias e práticas que contribuam para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às demandas de uma sociedade plural e em constante transformação. Para tanto, pensar em uma nova Sociologia da Educação deve também incorporar perspectivas interseccionais, reconhecendo como diferentes dimensões de opressão se entrecruzam para afetar a experiência educacional de grupos vulneráveis. Essa abordagem permite compreender a complexidade das desigualdades e propor soluções mais eficazes

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a relação entre a Sociologia da Educação e a inclusão escolar, destacando a influência das estruturas sociais nas práticas educacionais e no processo de inclusão de estudantes em contextos de desigualdade. Através da análise dos desafios e barreiras enfrentadas pela escola, como preconceitos, resistência institucional e a falta de formação adequada dos docentes, foi possível perceber como as desigualdades econômicas, culturais e de gênero impactam diretamente a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Destacou-se que a escola, em muitos contextos, acaba funcionando como reprodutora das desigualdades sociais, em vez de ser um espaço de transformação e superação dessas disparidades. As práticas pedagógicas e curriculares, quando não adaptadas para atender à diversidade de estudantes, podem reforçar as exclusões e a estratificação social, contribuindo para a perpetuação da marginalização de grupos sociais historicamente discriminados. A análise sociológica da educação, portanto, é fundamental para compreender as dinâmicas que moldam essas desigualdades, permitindo uma reflexão crítica sobre os papéis da escola e dos educadores.



A contribuição de Paulo Freire e outros pensadores no campo da pedagogia crítica aponta para a necessidade de uma educação que seja inclusiva em todos os aspectos, não apenas no sentido de garantir o acesso, mas também de promover a participação e o reconhecimento das diferenças. A formação de professores, a implementação de práticas pedagógicas que considerem a diversidade e a criação de um currículo que dialogue com as realidades locais e culturais dos estudantes são algumas das ações que podem contribuir para uma inclusão escolar mais efetiva.

Além disso, é imprescindível que políticas públicas educacionais, em nível local e nacional, sejam elaboradas com base em uma visão crítica da inclusão escolar. É necessário que as políticas não apenas enfoquem a infraestrutura, mas também as condições de ensino, a formação contínua de educadores, a redução das desigualdades materiais e a criação de um ambiente escolar que valorize a diversidade de todos os estudantes. Neste sentido, políticas que promovam a equidade de gênero, o combate ao racismo e a promoção de uma educação multicultural são essenciais para garantir um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Por fim, sugere-se nesse estudo que futuras pesquisas continuem a explorar as complexas interações entre a estrutura social e a prática educativa, com foco nas formas como diferentes grupos sociais experienciam a inclusão escolar. Também é uma seara fértil para novos estudos investigar as novas tecnologias educacionais, suas potencialidades e limitações, assim como as políticas de formação docente que favoreçam uma abordagem inclusiva, são direções promissoras para novos estudos. A análise sociológica da educação é uma ferramenta poderosa para transformar a realidade escolar e para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos, independentemente de suas condições sociais, possam ter acesso a uma educação de qualidade.



REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Ofícios de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERNSTEIN, Basil. *Class, Codes and Control. Volume 1: Theoretical Studies Towards a Sociology of Language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 1992.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996*.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009*.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015*.
- CHARLOT, Bernard. *Da Relação com o Saber: Elementos para uma Teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da escola no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GATTI, Bernadete A. *Educação, Sociedade e Desigualdade: Uma Introdução à Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIROUX, Henry A. *Teorias da educação e crítica pedagógica*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade e diferença na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LIMA, Licínio C. de; CARVALHO, Maria J. F. de. *A escola e as desigualdades: reflexões sobre políticas e práticas educacionais inclusivas*. São Paulo: Cortez, 2016.



MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOARES, Leôncio Martins Rodrigues. Desigualdades educacionais no Brasil: problemas e desafios. São Paulo: EdUSP, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Os novos mapas da escola: modernidade, pedagogia e sociologia da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIGOTSKI, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1996.